



REFLEXÕES ACADÊMICAS SOBRE A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL NO DISTRITO FEDERAL: UMA REVISÃO HISTÓRICO-DOCUMENTAL

Maria Eduarda de Oliveira Noacco¹; Kíssila Teixeira Mendes²

¹Psicologia – Universidade Católica de Brasília;

²Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Universidade Católica de Brasília.

E-mail: maria.noacco@a.ucb.br; kissila.mendes@p.ucb.br.

RESUMO

A Reforma Psiquiátrica no Distrito Federal constitui um processo marcado por avanços e contradições. A partir da Lei Distrital nº 975/1995, novas diretrizes passaram a orientar a política de saúde mental, coexistindo com instituições e práticas vinculadas ao modelo manicomial. Este estudo teve como objetivo analisar historicamente a trajetória da política de saúde mental no Distrito Federal entre 1995 e 2020, buscando compreender as transformações da assistência e a construção do cuidado em liberdade. Trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter histórico-documental, realizada mediante análise de legislações, produções acadêmicas e registros jornalísticos. Foram analisados acontecimentos e experiências relacionados à Reforma Psiquiátrica, incluindo o Hospital São Vicente de Paulo, a Clínica Planalto, o Programa Vida em Casa, a ONG Inverso e a interface com a justiça criminal. Os resultados evidenciaram avanços na desinstitucionalização, mas também a permanência de práticas e estruturas manicomiais.

Palavras-chave: Saúde Mental. Distrito Federal. Reforma Psiquiátrica.

INTRODUÇÃO

A Reforma Psiquiátrica brasileira constitui um processo histórico de transformação das formas de compreender e cuidar das pessoas em sofrimento mental, marcado pela crítica ao modelo manicomial e pela defesa do cuidado em liberdade (Amarante, 1998). No Distrito Federal, esse processo possui uma trajetória própria, tendo como importante marco a Lei Distrital nº 975/1995, que estabeleceu diretrizes para a atenção à saúde mental e orientou a substituição progressiva do modelo baseado na internação por formas de cuidado comunitário (Distrito Federal, 1995).

A existência de uma legislação alinhada à Reforma, entretanto, não significou a transformação imediata das práticas institucionais. Estudos sobre o Hospital São Vicente de Paulo demonstram a coexistência entre experiências inovadoras de cuidado e a permanência de estruturas hospitalocêntricas (Lima & Silva, 2004). Ao longo dos anos, acontecimentos como o fechamento da Clínica Planalto, o Programa Vida em Casa e a experiência da ONG Inverso revelam diferentes tentativas de transformação da assistência, mas também evidenciam fragilidades da rede e descontinuidades no processo de desinstitucionalização (Oliveira, 2005; Alves et al., 2010; Faleiros & Campos, 2016).

Nesse sentido, torna-se importante compreender a Reforma Psiquiátrica para além da criação de leis, serviços ou do fechamento de instituições, considerando as condições concretas de vida e cuidado construídas para além dos hospitais. A pesquisa buscou, portanto, analisar historicamente a trajetória da política de saúde mental no Distrito Federal entre 1995 e 2020, identificando seus principais avanços, rupturas e permanências.

OBJETIVO



Analisar historicamente a trajetória da política de saúde mental no Distrito Federal entre 1995 e 2020, buscando compreender os processos de transformação da assistência, os avanços e as permanências relacionados à Reforma Psiquiátrica e à construção do cuidado em liberdade.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter histórico-documental, realizada a partir da análise de legislações, produções acadêmicas e registros jornalísticos. O recorte temporal compreendeu 1995 a 2020: 1995 foi definido como marco inicial por corresponder à promulgação da Lei Distrital nº 975/1995, enquanto 2020 corresponde ao limite temporal estabelecido no projeto de pesquisa associado, permitindo acompanhar um período amplo da trajetória da Reforma Psiquiátrica no DF.

Foram analisadas fontes relacionadas aos principais marcos e experiências do período, incluindo a Lei nº 975/1995, estudos sobre o Hospital São Vicente de Paulo, o fechamento da Clínica Planalto, o Programa Vida em Casa, a ONG Inverso e a interface entre saúde mental e justiça criminal. A análise documental considerou os contextos de produção das fontes e buscou identificar transformações, rupturas e permanências relacionadas ao modelo assistencial, à desinstitucionalização, ao cuidado em liberdade, à participação social e à lógica manicomial.

RESULTADOS

A análise das fontes revelou que a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Distrito Federal foi marcada pela coexistência entre transformações na assistência e permanências da lógica manicomial. Em vez de ocorrer como uma substituição linear do modelo hospitalocêntrico por uma rede comunitária, o processo apresentou avanços, interrupções e fragilidades que atravessaram diferentes momentos da política de saúde mental (Lima & Silva, 2004; Alves et al., 2010).

Um primeiro movimento de transformação aparece na Lei Distrital nº 975/1995, que estabeleceu diretrizes voltadas à substituição progressiva da internação por formas comunitárias de cuidado. Entretanto, a análise dos documentos demonstra que o caráter pioneiro da legislação não foi suficiente para modificar, de forma contínua, as práticas institucionais. No Hospital São Vicente de Paulo, por exemplo, experiências como hospital-dia, oficinas, CAPS, equipes comunitárias e acolhimento multiprofissional coexistiram com práticas hospitalocêntricas e foram posteriormente descontinuadas, evidenciando a fragilidade da sustentação política da Reforma (Distrito Federal, 1995; Lima & Silva, 2004).

Essa contradição também aparece nos processos de desinstitucionalização. O fechamento da Clínica Planalto representou uma ruptura importante com uma instituição marcada por violações de direitos, mas ocorreu em um contexto de fragilidade da rede, evidenciando que retirar o sujeito da instituição não significa, necessariamente, garantir condições para uma vida em liberdade. Da mesma forma, o Programa Vida em Casa e outras iniciativas de inserção territorial demonstraram possibilidades concretas de cuidado fora dos hospitais, mas também revelaram a necessidade de uma rede capaz de sustentar esse processo para além da família e dos próprios serviços (Oliveira, 2005; Alves et al., 2010).

Nesse percurso, experiências como a ONG Inverso mostram que a desinstitucionalização também envolve dimensões que ultrapassam a assistência formal. A convivência, a participação social e a possibilidade de ocupar espaços comunitários aparecem como elementos fundamentais para que o sujeito deixe de ser compreendido apenas como paciente. Ao mesmo tempo, a existência de uma experiência autônoma como a Inverso pode ser entendida como resposta às lacunas das políticas institucionais, evidenciando tanto uma possibilidade de resistência quanto às insuficiências da rede pública (Faleiros & Campos, 2016).

As permanências identificadas não se restringem aos serviços de saúde. Na interface entre saúde mental e justiça criminal, a análise mostrou a continuidade de categorias como



periculosidade, inimputabilidade e necessidade de internação. Dessa forma, a lógica manicomial pode continuar operando mesmo quando o hospital psiquiátrico deixa de ser o principal espaço de confinamento, reproduzindo formas de controle e contenção em outras instituições (Machado & Messere, 2020).

Assim, o principal resultado da análise é que a Reforma Psiquiátrica no DF não pode ser compreendida nem como fracasso absoluto, nem como processo concluído. A política produziu mudanças importantes e novas possibilidades de cuidado, mas essas transformações conviveram com estruturas, práticas e racionalidades que mantiveram elementos do modelo manicomial (Lima & Silva, 2004; Oliveira, 2005; Alves et al., 2010; Machado & Messere, 2020).

CONCLUSÃO

A análise histórico-documental permitiu compreender a Reforma Psiquiátrica no Distrito Federal como um processo não linear e inacabado, marcado pela coexistência entre avanços, interrupções e permanências. A criação da Lei nº 975/1995, as experiências desenvolvidas no HSVP, o fechamento da Clínica Planalto, o Programa Vida em Casa e a ONG Inverso demonstram diferentes movimentos de transformação da assistência e de construção do cuidado em liberdade. Entretanto, a fragilidade da rede, a descontinuidade de experiências e a permanência de práticas manicomiais evidenciam a distância entre as propostas da Reforma e sua efetivação concreta. Assim, os resultados reforçam que a desinstitucionalização não se resume ao fechamento de hospitais, mas envolve a construção de condições para que as pessoas possam viver, circular, estabelecer vínculos e participar da sociedade fora das instituições. A principal contribuição do estudo está justamente em evidenciar essas rupturas e permanências na trajetória da política de saúde mental do DF.

REFERÊNCIAS

- Alves, M. da A. S. C., Dias, M., & Lima, M. da G. (2010). O programa Vida em Casa no DF: Valorizando as competências da família, a cidadania dos usuários da saúde mental e as redes sociais. *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, 4(1), 157–171. <https://doi.org/10.18569/tempus.v4i1.949>
- Amarante, P. (1998). *Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil* (2ª ed. rev. e ampl.). Editora Fiocruz. <https://doi.org/10.7476/9788575413357>
- Distrito Federal. (1995). *Lei nº 975, de 12 de dezembro de 1995: Fixa diretrizes para a atenção à saúde mental no Distrito Federal e dá outras providências*. Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal. https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/48934/Lei_975_12_12_1995.html
- Faleiros, V. de P., & Campos, T. P. da M. (2016). A crítica da loucura e a práxis poética da necessidade existencial: Estudo de caso da ONG Inverso. *Serviço Social em Revista*, 18(2), 111–131. <https://doi.org/10.5433/1679-4842.2016v18n2p111>
- Lima, M. da G., & Silva, G. B. da. (2004). A reforma psiquiátrica no Distrito Federal. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 57(5), 591–595. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000500015>
- Machado, B. A., & Messere, F. L. de L. (2020). Reforma psiquiátrica e justiça criminal no Distrito Federal: Uma análise exploratória das quesitações em incidentes de insanidade mental. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 28(163), 395–419.
- Oliveira, E. do N. (2005). *O impacto do fechamento da Clínica Planalto para reforma psiquiátrica no DF* [Trabalho de conclusão de curso, Centro Universitário de Brasília]. Repositório Institucional do UniCEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/3090>

Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal.